



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI

RONDÔNIA RURAL SHOW - SEAGRI-RRS

MANUAL

DOS MONTADORES

13ª RONDÔNIA RURAL SHOW INTERNACIONAL – 2026

CAPÍTULO I – APRESENTAÇÃO

Art. 1º A Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a legislação estadual vigente e com o regulamento da Rondônia Rural Show Internacional, expede a presente **medida aos Montadores**, destinada a regulamentar e disciplinar a atuação das **empresas montadoras, prestadores de serviços, subcontratadas e equipes técnicas** responsáveis pela **montagem, manutenção e desmontagem de estandes, tendas, vitrines tecnológicas e demais estruturas temporárias** da 13ª Rondônia Rural Show Internacional – 2026, a ser realizada no Centro Tecnológico Vandeci Rack, BR-364, Km 333 – Ji-Paraná/RO.

Art. 2º O presente instrumento tem por finalidade assegurar segurança jurídica, padronização dos procedimentos operacionais, integridade física dos trabalhadores e do público e proteção do patrimônio público, bem como a observância dos prazos, normas técnicas, ambientais, sanitárias e de segurança do trabalho aplicáveis às atividades de montagem e desmontagem do evento.

CAPÍTULO II – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 3º Esta norma estabelece diretrizes e procedimentos obrigatórios às empresas montadoras e prestadoras de serviços que atuem na 13ª Rondônia Rural Show Internacional, com o objetivo de garantir a segurança, a padronização operacional e o cumprimento das exigências legais e regulamentares aplicáveis ao evento. O cumprimento integral destas disposições é vinculante, sendo de responsabilidade das empresas acatar as diretrizes da Organização, sob pena de responsabilização civil, administrativa ou contratual.

Art. 4º Fundamenta-se, especialmente, nas seguintes normas:

I – Lei Estadual nº 5.092/2021, art. 62, que dispõe sobre a outorga de uso de bens públicos mediante autorização administrativa;

II – Decreto Estadual nº 21.794/2017, que regulamenta os atos administrativos eletrônicos no âmbito do Estado de Rondônia;

III – Lei nº 688/1996 – Código Tributário Estadual;

IV – Normas Regulamentadoras:

- NR-06 – Equipamento de Proteção Individual (EPI): Estabelece a obrigatoriedade do uso, fornecimento, conservação e treinamento sobre Equipamentos de Proteção Individual para garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores.
- NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade: Define medidas de controle e sistemas preventivos para garantir a segurança em trabalhos com eletricidade, incluindo instalações, manutenção e operação de equipamentos elétricos.
- NR-12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos: Estabelece requisitos mínimos para prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao uso de máquinas e equipamentos, incluindo proteção de partes móveis e sistemas de emergência.
- NR-18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção: Dispõe sobre medidas de segurança, saúde e condições adequadas de trabalho em obras e canteiros de construção, incluindo organização, transporte, instalações provisórias e capacitação de trabalhadores.
- NR-35 – Trabalho em Altura: Define os requisitos e medidas de proteção para trabalhos realizados acima de dois metros do nível inferior, incluindo planejamento, treinamento, equipamentos de proteção e procedimentos de emergência.

V – INSTRUÇÃO TÉCNICA n. 44/2023 – EVENTOS TEMPORÁRIOS do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia para eventos temporários e estruturas desmontáveis;

VI – Manual do Expositor da 13ª Rondônia Rural Show Internacional.

Art. 5º A observância integral desta Medida constitui **condição obrigatória** para autorização de acesso, permanência e execução de qualquer atividade de montagem, instalação, manutenção e desmontagem no recinto do evento.

CAPÍTULO III – SELEÇÃO E ATUAÇÃO DAS MONTADORAS

Art. 6º A atuação de empresas montadoras dependerá, obrigatoriamente:

- I – de contratação formal pelo expositor autorizado;
- II – da apresentação de documentação técnica (Cópia da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) devidamente registrada) e trabalhista atualizada (NR-10, NR-12, NR-18 e NR-35);
- III – da autorização para execução da prestação do serviço.

Art. 7º Para fins desta Medida, consideram-se:

- I – Montadora: pessoa jurídica contratada para executar serviços de montagem, instalação, manutenção ou desmontagem de estandes e estruturas;
- II – Subcontratada: empresa que execute parte dos serviços mediante subcontratação formal;
- III – Responsável Técnico: profissional legalmente habilitado, com ART ou RRT válida;
- IV – Estruturas Temporárias: estandes, tendas, pisos, mastros, painéis, vitrines e demais instalações não permanentes.

Art. 8º O cadastro da montadora não gera direito adquirido, constituindo mera autorização precária, passível de revogação a qualquer tempo, por conveniência administrativa ou por descumprimento das

normas.

CAPÍTULO IV – DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA OBRIGATÓRIA

Art. 9º É condição indispensável para o início da montagem a apresentação prévia à Organização da Feira dos seguintes documentos:

- I – ART/CREA ou RRT/CAU de execução, conforme a natureza da atividade;
- II – Laudo estrutural da edificação com menção ao número da ART/CREA ou RRT/CAU com assinatura do responsável técnico;
- III – Laudo das instalações elétricas da edificação com menção ao número da ART/CREA ou RRT/CAU com assinatura do responsável técnico ;
- IV – Contrato de prestação de serviços firmado com o expositor;
- V – Relação nominal dos trabalhadores, com documento de identificação e uniformizados;
- VI – Comprovante de capacitação para prestadores de serviços para trabalho em altura e instalação elétrica (NR-10 e NR-35).

Art. 10º A ausência ou irregularidade de qualquer documento impedirá:

- I – o acesso da equipe ao recinto;
- II – o início ou continuidade da montagem;
- III – a liberação do estande pela fiscalização técnica.

CAPÍTULO V – DO CRONOGRAMA E ACESSO AO PARQUE

Art. 11º As atividades de montagem e desmontagem deverão respeitar rigorosamente o cronograma:

Etapas	Período	Horário	Observações
Apresentação da documentação (Contratada e Subcontratada) para: - execução dos serviços de montagem, instalação, manutenção e desmontagem dos estandes e demais estruturas utilizadas em seu lote;	Até 01/05/2026	Até 18h00	Responsabilidade integral do expositor junto ao prestador de serviço contratado
Envio de ART/CREA ou RRT/CAU e Laudos	Até 01/05/2026	Até 18h00	Sem apresentação dos documentos juntos aos expositores não será autorizado o acesso ao Centro Tecnológico
Início da montagem de estandes e estruturas	15/04 a 15/05/2026	07h30 às 22h00	Após cumprimentos das etapas acima
<u>Limite final da montagem de estandes e estruturas</u>	<u>Até 22/05/2026</u>	<u>07h30 às 22h00</u>	<u>Após cumprimentos das etapas acima</u>
Limpeza final dos estandes	Até 23/05/2026	07h30 às 20h00	Não será autorizado a entrada de veículos no Centro Tecnológico

Período oficial da Feira	25 a 30/05/2026	08h00 às 18h00	O estande deverá estar com a montagem finalizada
Desmontagem de estruturas	31/05 a 14/06/2026	07h30 às 18h00	Área deve ser devolvida limpa (sem entulhos)

Art. 12º Durante o período de montagem e desmontagem:

- I – o acesso será restrito a pessoas e veículos devidamente identificados;
- II – é proibida a entrada de menores de 18 anos, ainda que acompanhados;
- III – veículos deverão respeitar o limite máximo de velocidade de 20 km/h;
- IV – o tempo máximo de permanência para carga e descarga será de 3 (três) horas.

CAPÍTULO VI – DAS NORMAS DE SEGURANÇA, MONTAGEM E INFRAESTRUTURA

Art. 13º As montadoras deverão observar, obrigatoriamente:

- I – utilização de tendas brancas com piso em tablado/deck;
- II – altura máxima das estruturas: 5,5 m;
- III – recuo mínimo de 1,5 m da rede de alta tensão e 0,5 m da rede de baixa tensão;
- IV – nível máximo de ruído de 80 decibéis;
- V – uso obrigatório de EPIs e EPCs por todos os trabalhadores.

Art. 14º É vedado às montadoras:

- I – executar serviços sem ART/RRT de execução válida;
- II – realizar ligações elétricas na rede de baixa tensão sem prévia autorização da Organização.
- III – utilizar combustíveis, explosivos, chamas ou materiais inflamáveis;
- IV – instalar estruturas fora do alinhamento dos lotes;
- V – descumprir normas do Corpo de Bombeiros, da fiscalização técnica ou da organização.

CAPÍTULO VII – DAS RESPONSABILIDADES DA MONTADORA

Art. 15º Compete exclusivamente à montadora:

- I – garantir a segurança dos trabalhadores;
- II – responder por danos ao patrimônio público ou privado;
- III – reparar imediatamente qualquer dano causado ao gramado, calçadas, redes e infraestrutura;
- IV – manter a área limpa durante todo o período de montagem e desmontagem;
- V – devolver o lote nas mesmas condições em que foi recebido.

CAPÍTULO VIII – DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO EXPOSITOR

Art. 16º O expositor é responsável solidário pelos atos praticados por sua montadora e subcontratadas, inclusive quanto:

- I – ao cumprimento das normas técnicas e de segurança;
- II – às obrigações trabalhistas;
- III – à reparação de danos;
- IV – às sanções administrativas aplicadas.

CAPÍTULO IX – SANÇÕES

Art. 17º O descumprimento desta Medida sujeitará a montadora e o expositor, conforme o caso, às seguintes sanções:

- I – notificação formal;
- II – interdição imediata da estrutura ou atividade irregular;
- III – lacração do estande e bloqueio do lote;
- IV – retirada imediata da equipe do recinto do evento;
- V – impedimento de participação em até 2 (duas) edições subsequentes da Rondônia Rural Show Internacional;
- VI – cobrança dos custos de reparação dos danos causados ao patrimônio público ou privado, mediante emissão de DARE em favor do Estado de Rondônia;
- VII – responsabilização civil, administrativa e criminal, conforme a gravidade da infração.

CAPÍTULO X – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18º – Da Competência da SEAGRI para Aplicação de Sanções

A Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI, na qualidade de órgão gestor, organizador e responsável pela organização geral da Rondônia Rural Show Internacional, detém competência administrativa para:

- I – fiscalizar, acompanhar e supervisionar todas as atividades relacionadas à montagem, funcionamento e desmontagem dos estandes e estruturas temporárias;
- II – expedir notificações, diretrizes técnicas, determinações corretivas e ordens de ajuste imediato;
- III – aplicar, de forma motivada e proporcional, às sanções administrativas previstas neste manual e demais normativos do evento;
- IV – determinar a interdição, paralisação ou retirada de estruturas, equipamentos ou pessoas que apresentem risco à segurança, à ordem pública ou ao patrimônio;
- V – revogar, suspender ou cancelar autorizações de acesso e prestação de serviço, quando constatado descumprimento das diretrizes estabelecidas neste manual;
- VI – comunicar aos órgãos competentes, como a Segurança Pública, Corpo de Bombeiros, Ministério do Trabalho e outros, quando a infração extrapolar a esfera administrativa do evento.

Art. 19º – Do Procedimento Administrativo Simplificado

A aplicação das sanções observará, sempre que possível:

- I – a constatação da irregularidade por equipe técnica ou fiscalização designada;
- II – o registro formal da ocorrência;
- III – a notificação do responsável para correção imediata, quando cabível;
- IV – a adoção de medida sumária em casos de risco iminente à segurança, independentemente de prévia notificação.

Parágrafo único. As medidas adotadas no âmbito do evento não afastam a responsabilização posterior em outras esferas administrativas, civis ou penais.

Art. 20º – Da Responsabilidade Solidária

As sanções poderão ser aplicadas solidariamente ao expositor e à empresa montadora ou subcontratada, sempre que restar comprovado vínculo contratual ou benefício direto decorrente da infração.

Art. 21º O conhecimento e cumprimento desta Medida são obrigatórios para todas as empresas montadoras, prestadores de serviços, subcontratadas e trabalhadores envolvidos.

Art. 22º A Comissão Organizadora da Feira, no exercício de suas competências administrativas, reserva-se o direito irrestrito de alterar, modificar ou ajustar prazos, critérios, normas e procedimentos relativos ao evento, a qualquer tempo, mediante comunicação aos interessados. Tais alterações não gerarão qualquer responsabilidade ou ônus para o Estado, sendo amparadas pelo princípio da supremacia do interesse público, pelo dever de gestão eficiente e pela necessidade de assegurar a boa ordem, a segurança e o regular funcionamento do evento. Os expositores, prestadores de serviços contratados e demais participantes deverão acatar integralmente tais ajustes, ficando desde já vinculados às decisões da Administração Pública, independentemente de concordância ou notificação individual.

Art. 23º Os casos omissos serão dirimidos pela Organização da 13ª Rondônia Rural Show Internacional, observada a legislação vigente.

ANEXOS OBRIGATÓRIOS:

- **Anexo I** – Checklist de Documentos da Montadora
- **Anexo II** – Modelo de Declaração de Responsabilidade Técnica
- **Anexo III** – Quadro de Penalidades Aplicáveis

LUIZ PAULO DA SILVA BATISTA

Secretário de Estado da Agricultura - SEAGRI-RO



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Paulo da Silva Batista**, **Secretário(a)**, em 21/01/2026, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **68242872** e o código CRC **52B8EF9F**.

Referência: Caso responda este(a) Manual, indicar expressamente o Processo nº 0025.002162/2025-61

SEI nº 68242872